

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 223 - DE 17 A 30 DE SETEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00

O ataque aos EUA é resultado do intervencionismo militar e econômico imperialista em todo o mundo.

O imperialismo ataca o Afeganistão, país semicolonial, para ampliar a opressão e os gastos armamentistas.

Os explorados e oprimidos do mundo todo devem se colocar de forma incondicional ao lado do Afeganistão contra o intervencionismo ianque.

Nada de entregar Bin Laden! Nada de condenar o terrorismo junto aos EUA!

O terrorismo individual ou de grupos não é capaz de derrotar o imperialismo.

O método revolucionário para derrotar as burguesias mundial e nacionais é o da insurreição das massas.

Abaixo a guerra imperialista!

Todo apoio ao Afeganistão contra os EUA!

**Campanhas Salariais do 2º semestre:
Ou têm como objetivo a greve unificada
ou acabarão em acordos de arrocho.**

**Congresso da Apeoesp:
As posições da Corrente
Proletária na Educação**

Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta

Quinzena do Movimento Operário

Parece que estamos batendo sempre na mesma tecla, mas a realidade volta a nos jogar sempre esta verdade na cara.

A crise do sistema capitalista se aprofunda de uma tal maneira, com a recessão simultânea nos Estados Unidos, Europa e Japão, que os países de economia capitalista atrasada como o Brasil são obrigados a ver seus parques industriais completamente sucateados.

Conclusão os capitalistas fecham postos de trabalho para evitar perdas:

Foi assim na Rohm do Brasil, fabricante de fixação de ferramentas na Zona Oeste demitindo quase 10% do seu pessoal; da Italtel produtoras de rodas da Zona Sul onde as demissões superaram 20% do total de funcionários.

Já anunciaram demissões na Metal Leve de São Bernardo. E a Daimler Chrysler de Campo Largo Paraná anunciou o fechamento da unidade e a demissão de seus 190 operários

O caso dos Cabos

É no setor de Condutores Elétricos que o problema se torna dramático, pois junto com a crise veio alguns desdobramentos das privatizações das Telcel. Quando as empresas de telefonia eram estatais estas assumiam a compra de produtos nacionais em troca de material de qualidade. Com a privatização o que importa para as empresas é cumprir a meta do governo e ao mesmo

tempo obter lucro, o que é obtido com a compra de material inferior proveniente da principalmente Ásia, com isto a importação de cabos triplicou e só de janeiro a julho deste ano saltou para US\$ 532 milhões. Conseqüência as indústrias demitiram quase ¾ dos operários do setor. Ocorreram demissões na Alcotel (Arujá), na Alcatel (Santana do Parnaíba), na Conducobre (Vila Califórnia, na Capital), na Pirelli (tanto na unidade de Santo André como na de Sorocaba), na Telcom (também em Sorocaba), na Monte Dest (em Indaiatuba) e na Ficapi (Americana).

Falta de Pagamento

Outro problema é o aumento espantoso das empresas que simplesmente não pagam os trabalhadores. Como é o caso da Viação Expresso Iguatemi da Região de São Mateus (Capital), ou a de pagar um salário inferior ao piso da categoria como a Dolly Refrigerantes.

Os Trabalhadores Reagem

Os trabalhadores reagem com lutas para contrapor a estes ataques, mas suas direções impedem a unificação dos movimentos, isoladas suas lutas perdem forças rapidamente e são esmagadas pela sede de lucros da burguesia.

A Luta do Funcionalismo

Depois de sete anos sem aumentos

reais, seguindo o rastro das greves dos policiais começa a pipocar greves do funcionalismo em todo país, mobilizações dos funcionários da Sabesp e da Febem-SP. Em Fortaleza e em São Paulo os médicos residentes estão em greve. Os policiais civis de Pernambuco permaneceram 73 dias paralisados. Outra categoria em luta é o Judiciário tanto o Federal (iniciou a greve em 22 de agosto) como o Estadual paulista (este em greve desde 27 de agosto). Também estão parados os previdenciários (desde 8 de agosto), os funcionários administrativos e os professores das universidades federais (desde 25 de julho)

Falta unidade

Apesar de todas estas lutas ocorrerem simultaneamente e de serem causadas pelo mesmo problema, as direções insistem em não unificá-las. Na verdade mostram o seu papel de capacho da burguesia ao se autodenunciarem dizendo que uma unificação poderia por em risco a governabilidade. Esta é a podridão do reformismo encastelado nos aparelhos sindicais. Assiste a este massacre branco no seio da classe operária e se felicita por seu papel de cão de guarda da burguesia decadente.

Esta na hora de construir uma nova direção a partir da construção de frações sindicais classistas no seio de cada categoria.



Trabalhadores do Judiciário-SP em greve: assembléia e manifestação.

Ceará Mirim (RN)

Tribunais Populares para julgar e punir toda burguesia corrupta

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) convive com a denúncia de corrupção no governo Garibaldi Alves (PMDB). O mesmo governo que privatizou a Cosern e usou o cheque de 600 milhões de reais para sua reeleição. Soma-se a isso todo o tráfico de influência envolvendo seu cunhado em obras superfaturadas como por exemplo as falsas reformas nas escolas e as cestas básicas.

Por outro lado, os serviços públicos são entregues às empresas tercerizadas. No caso da saúde, o funcionário que presta serviços aos hospitais custa 70% mais caro do que o servidor do Estado. Isso não quer dizer que o funcionário das empresas recebem mais. Ao contrário, os funcionários são contratados por essas empresas como "diaristas", ganhando um mísero salário e a empresa embolsa o dinheiro pago pelo Estado.

Na educação, avançam as medidas destruidoras do ensino público, a exemplo do PDE, tele-ensino etc.

O IPE (Instituto de Previdência do Estado) foi destruído pelo governo. Agora, o governo faz contrato com uma empresa de planos de saúde para os servidores do Estado. Com isso, o servidor é obrigado a pagar os 8%, não tem direi-

to à assistência médica e ainda é obrigado a fazer um plano de saúde privado com uma empresa, que se beneficiou com o sucateamento da saúde e da previdência estatal.

Reformismo desvia o anseio das massas para as ilusões parlamentares

O Estado do RN conta hoje com mais de 60 mil servidores em greve. São os da saúde, educação, funcionários e professores da universidade federal. Todos reivindicam reajustes salariais.

Por outro lado, as direções sindicais (PT/PCdoB e PSTU) iludem os trabalhadores desviando o eixo da greve nos diversos setores para a instalação da CPI. PT e o PCdoB colocam como bandeira principal a defesa da "moralidade nos serviços públicos", aliando-se aos parlamentares do PFL/PDT. O PSTU justifica sua defesa alegando que é o caminho para mobilizar as massas e mostrar a corrupção do governo.

Dessa forma, o reformismo e o centrismo centralizam suas ações em torno da CPI, abaixo-assinados, caminhadas para o Tribunal de Justiça e audiências

públicas. A luta contra a política de arrocho do governo e a exigência de reajuste imediato ficou em segundo plano.

Nossa política para a greve

A via para que os trabalhadores conquistem suas reivindicações (reajuste salarial, defesa dos serviços públicos, emprego e fim da reforma privatista da educação) é o da mobilização de massa e das ações contra o governo corrupto. A CPI é um método próprio da burguesia, que serve de barganha entre os partidos burgueses. A corrupção no Estado já é um fato evidente para as massas trabalhadoras. Por isso, é falso o argumento de que a CPI serve para mostrar os escândalos e mobilizar as massas. As massas se mobilizam e se organizam em torno de suas reivindicações imediatas. E é na luta por essas reivindicações que a maioria oprimida vai se elevando politicamente para a luta contra o governo corrupto e todo o regime econômico que o sustenta.

Nesse sentido, é necessário mudar o rumo da greve. Para isso, devemos aprovar a unidade grevista com os outros setores e a radicalização de massa da greve contra o governo corrupto.

Mossoró (RN)

Grito dos excluídos: destacou-se a colaboração de classes e o pacifismo – faces de uma mesma moeda

O Grito dos Excluídos em Mossoró foi marcado, desde a sua organização, pela forte influência do pacifismo igrejeiro. Durante a organização, as entidades religiosas quiseram impor alas, evitar a falação dos partidos políticos, não parar de frente ao palanque oficial e evitar – a todo custo – o confronto entre as classes. Para isto foi retirado uma "Comissão de Organização" que, na verdade, nada mais era do que uma Comissão de Amaciamento das Lutas de Classes. As tendências pacifistas foram fortalecidas pelo reformismo (PT) e o stalinismo (PC do B) através de

sua política de conciliação de classes.

Esta atitude pacifista e conciliadora, quase que impediu o carro de som de entrar na avenida, devido a repressão policial. O pacifismo igrejeiro submeteu o movimento de massas de cerca de 120 pessoas, a 2 policiais. Nada adiantou a Comissão de conciliação de classes pois nada conseguiu. O carro de som só entrou na avenida pela força da ação direta das massas que impediram das escolas continuarem o desfile, parando de frente a elas e, deste modo, impôs a burguesia local – apesar de seu aparato policial – a

vontade do movimento. A não parada tradicional de frente ao palanque oficial foi outra capitulação do reformismo-stalinismo às tendências pacifistas igrejeiras.

Na reunião de avaliação, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou estas críticas e propôs a continuidade do movimento, transformando o grupo no início de uma organização frentista de luta contra a burguesia. Apoiando greves e unificando-as o Grito dos Excluídos teria continuidade no fortalecimento das lutas dos trabalhadores.

Guarulhos

O PT e o Problema do Transporte

Como sempre falamos o PT sempre se coloca como pretense defensor dos "excluídos", posa de democrata, de defensor dos direitos humanos, fala de capitalismo mais humano, isto em épocas eleitorais.

Quando mal assume algum posto dentro do Estado, começa a botar suas unhas pra fora, deixando cair a sua máscara e mostrando que está aí para apoiar o sistema, implantando o mesmo projeto neoliberal imposto pelo FMI.

A ordem agora é acabar com o trabalho informal, ordem esta obedecida a fundo tanto em Guarulhos como na Capital. O massacre a camelos e perueiros passa do sentido figurado para a mais triste realidade. O assassinato de Sidney Lima Advento de 24 anos em São Paulo, morto quando se escondia em baixo de sua cama por policiais é conclusão lógica da política de fiscalização das prefeituras petistas. Caso idêntico ocorreu em Guarulhos

quando policiais jogaram de um viaduto para o meio da Via Dutra outro perueiro.

Esta política mostra até que ponto as referidas prefeituras defendem os interesses das empresas de ônibus ou dos grandes comerciantes (caso dos arrastões contra os ambulantes).

Mas não é só dentro das administrações que o PT procura manter seu papel de serviçal. Procura se utilizar dos postos que conseguiu no movimento sindical para ir contra os interesses da classe operária. Um exemplo disto está ocorrendo agora com a formação do "Comitê por um Transporte Coletivo Seguro e de Qualidade" nome pomposo que reúne membros da prefeitura, donos de empresas de ônibus, Polícia civil e militar, e por incrível que pareça diretores do Sindicato dos Condutores de Guarulhos. E que tem uma tarefa abominável, acabar com os poucos perueiros que ainda restam em

Guarulhos, (a onda repressiva sobre os perueiros foi tamanha que hoje bem poucos sobreviveram), ou submetê-los aos interesses das empresas de ônibus (alguns destes perueiros foram obrigados a pagar uma percentagem do ganho diário para as empresas de ônibus em troca de poderem manter seu trabalho).

É a este papel de laçao que os petistas da direção sindical se prestam a fazer, colocando até as dependências do Sindicato como palco para este circo que contou até com o burgomestre Pietá na sua estréia.

Abaixo a Política de Repressão da Prefeitura

Liberdade de Trabalho para Todos

Fora a Intervenção das Empresas de Ônibus

Que o Sindicato sirva aos interesses da Classe Operária

Unificação dos perueiros da Grande São Paulo num Único Movimento.

O Piauí e sua colonização

A dizimação dos povos nativos

O Piauí, do período colonial, traz particularidades diferenciadas de outras regiões colonizadas no próprio Nordeste do Brasil. O fato de não ter recebido povoadores direto da Metrópole (Portugal), mas das Capitânicas de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Embora fizesse limites com o litoral atlântico, seus povoadores chegaram através do interior da Colônia.

Este território serviu de passagem para bandeirantes, aventureiros e comerciantes de gado. A presença do colonizador vindo de Pernambuco (fazendeiros de gado que ocupavam as margens do rio São Francisco), teve início ainda no século XVI. Outra particularidade é que o Piauí foi a última parte do território colonial situada no Nordeste a obter o *status* de Capitania, que ocorreu em 1759. Primeiramente o Piauí foi ligado à Pernambuco, 1715 a 1725, sob a tutela administrativa da Bahia, em seguida passou para o domínio do Maranhão e Grão-Pará.

A ocupação do território piauiense

encontrou a mais tenaz resistência indígena que se tem notícia no processo colonial. Aquela região contava com inúmeras aldeias e a Coroa Portuguesa fez a chamada "guerra justa" contra eles. Se isso não bastasse, até Domingos Jorge Velho e seus comandados, também foram convocados para comandar a dizimação aos gentios (nativos). Nesta ocasião, este bandeirante foi presenteado com uma enorme fatia de terra, uma das melhores sesmarias do território, permanecendo aí por 16 anos, até a chegada do convite para destruir Palmares. O massacre contra os índios piauienses prosseguiu mesmo depois da Independência, tanto que ao iniciar o século XX, já não havia sequer um desses grupos para representar os primeiros habitantes daquelas terras setentrionais, restaram apenas marcas no processo de miscigenação da população.

A presença da escravidão negra nesse território consiste noutra particularidade que suscita muita polêmica. Uns afirmaram que não houve sua

presença, pois o negro não era apto para o trabalho da pecuária; outros afirmam que a presença da mão-de-obra negra foi imprescindível para o sucesso dessa atividade econômica. Mas o que não se pode negar é que a formação do Estado do Piauí se deu às custas do mais brutal massacre dos povos indígenas.

A pecuária foi a base econômica piauiense em todo o processo de colonização. A presença do gado naquela terra é tão forte que o próprio nome: PIAUÍ, que dizer - Boi pequeno do chifre grande, como uma substituição à primeira definição Tupi, onde PIAUÍ quer dizer: *piau* - *ii* - peixe grande e rio, respectivamente, ou seja: *rio de peixes grandes*. Com isso, o vaqueiro é o símbolo do Piauí e das fazendas sertanejas.

Nos próximos números do Massas iremos discutir assuntos tão polêmicos e mal discutidos, para tentarmos reconstruir a história de um dos estados que hoje se tornou um dos mais pobres da nação.

Professores (SP)

Às conferências regionais da Educação

Após dez anos de aplicação da reforma educacional, diretriz do Banco Mundial para os países capitalistas atrasados, a situação é extremamente grave. O Brasil acumulou 47 milhões de analfabetos, sendo 17 milhões de analfabetos no sentido pleno e 30 milhões os chamados "funcionais". Permanecem fora das escolas 8,5 milhões de crianças de 7 a 18 anos. Somente 3% dos jovens conseguem ter acesso ao nível universitário. Desses jovens, 70% se encontram nas universidades privadas. As fundações (empresas privadas) tomaram conta das universidades públicas e exigem a cobrança de taxas dos alunos. O ensino médio está se transformando em salas de telecurso. Os recursos aplicados no ensino fundamental caiu de 5% para 2,2% do PIB. O Fundef resultou em fonte de corrupção dos prefeitos e governadores. O governo federal fixa um valor mais baixo do que o previsto para não ter de repassar verbas para os municípios. A municipalização trouxe fechamento de escolas/ salas de aula e desemprego. As parcerias com empresas e os "amigos da escola" (trabalho voluntário) são propagandeados pelo governo para conter gastos com a educação. O piso médio dos professores é pouco mais de 2 salários mínimos de fome, sendo que em boa parte dos Estados nem atinge um salário mínimo. Eis aí por que o avanço da reforma governamental é a destruição da escola pública.

As medidas que estão sendo implementadas na educação fazem parte do conjunto da reforma neoliberal. Significam a destruição da gratuidade do ensino. Ao contrário da propaganda do governo de que se trata da "modernização", "descentralização", "participação da comunidade", "de uma escola volta para o mundo" e "do aluno mais capacitado para os novos tempos", aumentou a centralização (controle) do Estado e de seus organismos sobre as escolas. A avaliação desempenho dos educadores e dos alunos (ENEN, Saesp etc) são recursos de aferição autoritária e burocrática dos resultados da política governamental. A participação dos pais e a descentralização estão sob o invólucro da desobrigação do Estado com a manu-

tenção do ensino. Os alunos estão cada vez mais desmotivados e o que se ensina na escola nada tem a ver com as reais necessidades. Para evitar o "desperdício" de dinheiro, o governo promove todos. Trata-se, portanto, de uma reforma para diminuir a obrigação do Estado com a escola pública e para comprometer os pais com o sustento (taxas) de parte do ensino.

Para ampliar o controle do Estado sobre o ensino e "domesticar" uma parcela de alunos que se rebela contra as condições de vida, o governo aprovou, o que já existia em lei (Constituição), a implementação do ensino religioso. Será uma das disciplinas dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. O argumento é de que "as sociedades globalizadas, mas profundamente marcadas por desigualdades de condições de acesso a bens essenciais, encontram-se...à mercê da violência urbana, dos conflitos étnicos e religiosos, do desemprego e da fome, da falência do núcleo familiar tradicional...Portanto, os projetos educacionais devem incluir o ensino religioso...para restaurar valores humanos, de compromisso moral e ético...". O governo implanta a fome e a miséria para a maioria da população, o desemprego, o salário mínimo de R\$180,00, a destruição da saúde e educação públicas e quer transformar os alunos em dóceis, servis e cheios de "valores humanos". O ensino religioso tem essa função de ludibriar a juventude, desviar sua atenção dos verdadeiros problemas e das formas de resistência coletiva. Uma parcela do professorado, que enfrenta na pele a rebeldia dos alunos, considera que a instituição do ensino religioso poderá ajudá-lo na sala de aula. Nada mais falso. A imposição do ensino religioso é um dos mecanismos da burguesia e de seu governo para manter a exploração do trabalho e domesticar as massas, entre elas a juventude. Trata-se do fortalecimento do controle da Igreja sobre a educação pública, visto que a Igreja já é proprietária de grande parte da rede privada. A reivindicação do ensino laico e de nenhum ingerência do Estado e da religião é a defesa do ensino científico. A escola laica

está em oposição ao obscurantismo (superstições, crenças e outras formas de domínio) pregado pela religião. A reforma do governo é anticientífica, apóia-se na religião.

A ofensiva governamental não tem sido respondida com a ação coletiva dos educadores. A direção da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que assinou o Plano Decenal, que não se opôs integralmente à farsa do Fundef, que considera pontos positivos na LDB privatista, que não defende o ensino público em todos os níveis para todos, que não se opõe radicalmente à imposição do ensino religioso, não pôde e não poderá organizar o movimento de conjunto para responder aos ataques do governo. O mesmo acontece com a diretoria da Apeoesp. Ambas aplicam a política do PT. Ou seja, a das emendas "alternativas" à reforma neoliberal. Propagam a falsa idéia de que é possível mudanças "no modelo de submissão ao FMI e Banco Mundial" ("um outro mundo é possível") sem tocar no sistema capitalista, raiz de todos os males à humanidade. Para isso, alimentam a ilusão sobre as possibilidades de humanização do capitalismo como foi traçado no Fórum Social Mundial pretensamente contraposto ao Fórum Mundial Econômico (dos países imperialistas). A tática é a do agrupamento de ativistas, Centrais/sindicatos, ONGs e os chamados governos "comprometidos". A estratégia é a mistura do reformismo com as posições anti-partidárias de criação de uma "nova ordem mundial", mais "humana" e mais "solidária". Porém, nos marcos da sociedade de classe e da manutenção do capitalismo. A política do Fórum Social Mundial conduz os movimentos e sindicatos para o apoio à estratégia da falsa democratização do sistema de exploração do trabalho. Tal estratégia está na contramão da história e leva as massas trabalhadoras à aceitação do regime capitalista. Na educação, a CNTE/Apeoesp não combatem o Plano Nacional de Educação do governo. Ao contrário, criticam (em palavras e abaixo-assinados) os vetos de Fernando Henrique ao Plano aprovado no Parlamento. Essa via só tem acumulado fra-

cassos para a classe.

Os encontros regionais de educação e o congresso da Apeoesp devem se posicionar contrários à política reformista e frouxa das direções sindicais. A burocracia da Apeoesp armou um congresso festivo para encobrir sua política de fracasso e derrota para o magistério. Os professores mais conscientes devem se colocar contra a armação tramada pela diretoria e exigir o fim dos congressos em estâncias e hotéis-fazendas. O congresso de um sindicato tem de ser a instância de discussão e preparação para o embate contra a política de FHC/ Banco Mundial. A tese 4: "A crise estrutural do capitalismo: a solução está com os trabalhadores" se opõe radicalmente à estratégia do PT/Articulação e de suas variantes e chama os professores a discutir e se engajar na luta pela construção de uma verdadeira oposição à diretoria da Apeoesp. Eis os pontos centrais de nossa tese:

Diante do plano de fome e miséria de FHC/FMI, defendemos:

- derrubada integral do Plano e defesa das reivindicações imediatas das massas trabalhadoras: salário mínimo de R\$2000,00; escala móvel de reajuste e de trabalho; reposição das perdas; terra aos camponeses pobres; previdência, saúde e educação gratuitas;
- não pagamento das dívidas interna e externa e rompimento com todos os acordos com o imperialismo
- a organização da luta nacional contra o imperialismo e o saque da burguesia sobre os trabalhadores;
- o rechaço às frentes populares (eleitoreiras), tática do reformismo e estalinismo;
- os tribunais populares contra a burguesia, seu governo e partidos. Opomos às CPIs parlamentares por serem incapazes de julgar e punir os responsáveis e por não serem instrumentos da ação direta das massas;
- a construção da frente antiimperialista para unificar os explorados sob a base do programa proletário contra a ditadura de classe da burguesia. Partindo das reivindicações elementares dos oprimidos e do método próprio da classe operária (ação direta);

- a unidade operária e camponesa para ocupar as terras, organizar a auto-defesa contra os jagunços dos latifundiários e contra a repressão militar do Estado;
- o governo operário e camponês como expressão da ditadura do proletariado e como instrumento de expropriação da burguesia. Combatemos o governo democrático e popular (do reformismo) por arrastar as massas por detrás de partidos burgueses e manter o sistema de exploração do trabalho. A estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução social, é a única via para derrubar o capitalismo e implantar o socialismo.

Diante da ofensiva imperialista, defendemos:

Que o proletariado responda com luta os ataques do imperialismo;

Fora com o intervencionismo bélico das potências;

Abaixo as ameaças de guerra ao Afeganistão, Iraque e outros países semicoloniais;

Não entrega de Osama Bin Laden ao imperialismo norte americano;

Fim do capitalismo e pelos Estados Unidos Socialista.

Defesa do internacionalismo proletário

a) Opomos a tática do reformismo de unir os sindicatos e partidos (do campo "democrático") em torno do Fórum Social e Mundial por se tratar de um organismo da social-democracia, que tem como estratégia a construção de um capitalismo "mais humano e solidário";

b) Levantamos a estratégia da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Sob a base do Programa de Transição (programa da IV Internacional), que combina as reivindicações transitórias com as de caráter socialista.

Defesa da democracia operária (sindical)

A) Proporcionalidade em todos as instâncias da Apeoesp

B) Independência do Estado, dos partidos burgueses e reformistas

Para que haja independência em relação aos governos e partidos burgueses e reformista é necessário:

- implantar a mais ampla democracia sindical apoiada na soberania das assembleias, nos congressos com delegados eleitos diretamente nas escolas e no direito de expressão de todas as correntes do movimento;
- que todos os diretores da Apeoesp tenham o vínculo direto com o trabalho em sala de aula. E que a direção esteja sob o controle total da base e que tenham exatamente o mesmo salário;
- que o desconto de contribuição para a Apeoesp seja o de uma hora-aula;
- que a Apeoesp se apoie no método de luta próprio dos trabalhadores (ação direta) e rechace os métodos burgueses e reformistas (pacifista/eleitoral).

Fim do assistencialismo e pôr um sindicato de combate

Eliminar o assistencialismo (prática do peleguismo) como função do sindicato. E impulsionar as práticas que possibilitam a ação da classe;

Fim das parcerias com empresas para a direção da Apeoesp;

Construir o jornal, revista e outros meios onde sejam expressão do movimento e com participação dos professores e de todas as correntes que expressam posições classistas dos explorados. Fim do monopólio da burocracia sobre os meios de comunicação do sindicato.

Fim da política dependente do árbitro da justiça burguesa

Não recorrer à justiça patronal e à polícia para resolver os problemas internos ao movimento;

Recorrer à assembleia para solucionar os conflitos e pendências sindicais;

Subordinar as ações trabalhistas ao método da ação direta.

Sobre a Educação

Combater nas ruas a reforma destrui-

dora da educação pública. Exigindo:

- um único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores;
- o acesso irrestrito a todos os níveis de ensino, do infantil ao universitário;
- fim do vestibular e das avaliações governamentais (Saresp, Enen, Provão etc);
- abertura de todas as escolas/salas fechadas pela reforma governamental;
- a expropriação (sem indenização) da rede particular de ensino e a utilização pelo sistema único;
- a eliminação do ensino religioso por ser anticientífico, adestrador e a serviço da manutenção do sistema de exploração (capitalismo);
- o fim do controle do Estado sobre o ensino, das avaliações de desempenho (Provão, Saresp, Enen etc), de mérito e rechaçando os prêmios por mérito, por ser uma das formas de aplicação da "flexibilização" do trabalho no campo educacional;

- o fim das demissões e a contratação (com os mesmos direitos) dos professores eventuais. Fim da farça do "trabalho voluntário".
- readmissão imediata dos professores grevistas demitidos;
- piso salarial de R\$2000,00, por 20 horas de trabalho. Escala móvel de salário e trabalho. Redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos (sem nenhuma redução de salário);
- o fim da intervenção da polícia nas escolas e da polícia pedagógica;
- as conquistas arrancadas pela reforma neoliberal (aposentadoria por tempo de serviço, único sistema estatal de previdência - controle por parte dos trabalhadores -, plano de carreira etc);

Combater a escola burguesa e os arremedos da escola reformista. Defendendo:

- a escola vinculada à produção social. Unidade entre a teoria e a prá-

tica. Combinação da escola com o trabalho produtivo;

- que todas os alunos (a partir de uma certa idade) estejam diretamente no trabalho. Não para serem explorados pelo capital (como já são hoje), mas porque é a única forma de adquirir conhecimento e desenvolver as capacidades criadoras e transformadoras;
- pelo controle das escolas pelas assembleias da comunidade escolar: pais, alunos e trabalhadores da educação. Fim dos conselhos de escola manietados pelos diretores.

Expulsar a ingerência do imperialismo na educação. Propondo:

- o rechaço às diretrizes do Banco Mundial e os financiamentos aos projetos educacionais imperialistas;
- não pagamento dos empréstimos imperialistas, que servem para impor a privatização da universidade e das escolas públicas.

Corrente Proletária na Educação

Rondônia

Unificar a luta dos trabalhadores em educação para derrotar a política de privatização do ensino público de FHC/Bianco/Camurça

Somente a luta unificada com os métodos de mobilização de massa (bloqueios, ocupações, greves etc) poderá defender a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O governo, através da implantação das fundações, vem privatizando o ensino público superior. Trata-se de uma política geral para eliminar a universidade pública. O que se passa na Universidade de São Paulo (USP) e o mesmo que ocorre com a UNIR. Hoje, a UNIR já abriga através do convênio com a Fundação RIOMAR (Fundação Rio Madeira), um percentual que corresponde cerca de 44% do seu corpo discente. Os cursos regulares da Universidade contam com apenas 56%.

A Fundação RIOMAR conta com a simpatia dos docentes, que complementam seus salários trabalhando nos cursos de férias do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP). Por isso, resistem em combater a forma de privatização através da fundação.

A proliferação do ensino privado é grande em Rondônia. Só em Porto Velho já funcionam a UNIPEC, São Lucas, FIP, FINCA, FARO, FATEC, ULBRA e UNIRON. Ainda há processos no MEC de abertura de outras faculdades, como a FAG (Faculdade Assis Gurgacz, do grupo empresarial de transportes interestaduais e proprietário do Diário do Amazonas.

Como se vê, de um lado, o governo tem favorecido a mercantilização do ensino e, de outro, as poucas universidades públicas estão sendo engolidas pelas fundações (empresas privadas). A burocracia sindical e os acadêmicos da Universidade não são contra a existência do ensino privado. Por isso, não podem se opor radicalmente à reforma privatista do governo.

**Nossa tarefa urgente:
defender um único sistema de
ensino inteiramente gratuito**

Diante da ofensiva privatista do

governo, os trabalhadores em educação, estudantes e pais devem se colocar pela escola pública gratuita em todos os níveis. Para isso, é preciso travar um combate contra a rede privada de ensino e às medidas privatistas que estão sendo impostas nas escolas públicas.

A defesa de um único sistema de ensino estatal, isto é, uma única rede inteiramente financiada pelo Estado e sob o controle dos trabalhadores é uma reivindicação democrática para permitir o acesso de todos os alunos e em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, deve estar combinada com o fim dos vestibulares (mecanismos de eliminação dos alunos mais pobres) e da bandeira de expropriação de toda rede privada, tornando-a pública e sem nenhuma ingerência do Estado e da Igreja. A escola única do trabalho significa a existência do ensino voltado à produção social.

Informativo da ADUERN demonstra o caráter antidemocrático da direção PT E PCdoB

O Informativo da ADUERN, ano I agosto/setembro de 2001, demonstra o caráter antidemocrático da direção atual (PT e PC do B) e sua continuidade na chapa ADUERN: independente e de luta.

O Informativo trouxe trechos de todos os professores, representantes das diversas correntes de pensamento integrantes da UERN, condenando a perseguição política do Reitor dos Rosados (Walter Fonseca - PMDB). Entretanto, omitiu a opinião da Corrente Proletária na Educação. Esta é a democracia dos re-

formistas. Isto ocorre porque a burocracia sindical sabe, em seu instinto preservativo, que a Corrente Proletária é a única organização capaz de ameaçar seu domínio político sobre a entidade. Além disso, o Manifesto da Corrente não possui trechos que possam ser aproveitados pela burocracia sindical reformista do PT.

A identidade política da direção atual com a Chapa para as eleições da ADUERN é demonstrada pelo fato do expediente do Informativo contar com o Conselho Editorial formado por 2 mem-

bro de cada lado. O fato da direção atual e a direção futura poderem colaborar em um Informativo em comum é prova de unidade política de pensamento.

A Corrente Proletária na Educação lançou seu manifesto em repúdio as perseguições políticas do reitor burguês e teve seus próprios membros vítimas do obscurantismo policial. Mas é omitido pelos reformistas devido nossos posicionamentos de crítica aos "democráticos" em palavras, nas eleições do Sindicato demonstrando suas posturas capitulacionistas e demagógicas.

Manifesto de repúdio à perseguição política na UERN Em defesa da liberdade de ensino e da revolução proletária

O Reitor Walter Fonseca, filiado ao PMDB e apoiado por uma fração da oligarquia dos Rosados, decidiu que todos os professores divergentes de sua idéia de universidade nas eleições para reitor em abril último, serão destituídos dos programas de extensão, não serão nomeados para cargos eletivos internos, serão preteridos, perseguidos, em outras palavras: serão execrados da vida acadêmica da UERN. Esta é uma atitude autoritária!

Essa atitude autoritária trará irreparáveis danos à cultura, à educação e ao saber endógeno à UERN. Quando as convicções são impostas desde cima, como uma ordem militar, o educador perde sua individualidade mental e não pode inspirar nos seus alunos respeito ou confiança na profissão que exerce. Uma educação submetida a um sistema autoritário traz consigo a repressão e o estrangulamento do pensamento crítico. Por isto que na segunda-feira, 25/06, o Reitor da oligarquia burguesa apoiou-se na polícia para impedir a livre expressão das idéias na UERN.

Sem uma liberdade de pensamento, não se pode pensar no desenvolvimento da ciência e no florescimento cultural. As idéias novas, renovadoras, são sempre heréticas e transformadoras. Já a burguesia e seu Estado são conservadores e se vêem obrigados a esmagar os

que pensam livre, atrevida e sabiamente. Neste sentido, rompem a autonomia da universidade e não se pode falar dela enquanto persiste o poder burguês de controle.

A burocracia universitária é extensão do autoritarismo burguês nas universidades, e por isto, define seu caráter conservador e reacionário. A burguesia garante através de sua legislação, a dominação da minoria em contraposição à maioria da comunidade universitária. Portanto, a destruição da UERN burguesa passa pela destruição da sua legislação, consequentemente, de toda a sua estrutura social que lhe dá sustentação: a sociedade capitalista. Quando se perseguem os alunos e professores que criticam e divergem da burocracia universitária, não se pode pensar na liberdade de cátedra, na criação de idéias, na cultura e na ciência. **A burocracia universitária da UERN, assim como a burguesia, é reacionária.** Sua atitude transforma a UERN numa prisão, imperando a mediocridade e a ignorância.

A liberdade de ensino passa pela luta de construção da universidade nova. A burguesia, ao estrangular as universidades e a própria educação, materializa sua política reacionária. A comunidade universitária para salvar a autonomia, a liberdade de ensino,

enfim, a universidade nova, tem de desenvolver uma política antiburguesa (revolucionária). A luta pela UERN revolucionária se inicia no campus universitário, porém, tem de ser geral, nacional. Deste modo se integrará a luta de classes (maioria proletária contra a vil minoria burguesa), que será política e partidária. Somente uma honesta e tenaz luta política pode assegurar a formação de convicções sérias com raízes firmes. Somente uma educação com estas convicções será capaz de ganhar a autoridade indestrutível e realizar sua grande missão histórica de contribuir para a Revolução Proletária.

A gravidade da situação na UERN exige a convocação imediata da categoria dos professores pela direção da ADUERN para uma assembléia para se discutir e se deliberar sobre as atitudes reacionárias do Reitor. Ao mesmo tempo, exige da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) construir o Comitê Contra a Opressão Social e Política tendo em vista sua defesa contra o totalitarismo das ações da burocracia universitária.

CORRENTE PROLETÁRIA NA
EDUCAÇÃO & PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO (POR)

Aduern: Voto nulo programático – construir a oposição revolucionária

A crise mundial do capitalismo caminha para uma crise semelhante a de 1929. A desaceleração da economia do EUA, Japão e Europa, a crise econômica argentina, como também, a alta do dólar, o apagão e a queda da expectativa de crescimento do Brasil são seus fenômenos. A burguesia, para manter seu sistema, descarrega as conseqüências da crise sobre os trabalhadores.[...]

As reivindicações dos trabalhadores só podem ser conquistadas com a união de todas as categorias para por **Abaixo o Governo FHC e toda a burguesia**. Entretanto, não temos esta alternativa nestas eleições da ADUERN.

A chapa ADUERN: *Independente e de luta* é o continuísmo da política petista em nossa categoria e, conseqüentemente, da direção passada: reformista, eleitoreira e colaboradora de classes. Por isto, é demagogia sua afirmar independente. São os mesmos que

apoiaram as propostas reformistas das eleições para reitor passadas que, inclusive, apoiavam-se nos Rosados para garantir sua nomeação caso eleitos; seus membros de frente fazem parte do PT; afinal, são independentes de quê? Das idéias revolucionárias, de transformação, da necessidade de destruição do capitalismo, enfim, são independentes do proletariado revolucionário. Mas atrelados as idéias pequeno-burguesas: corporativistas, conciliadoras e dependentes da burguesia.

Dizem de luta, mas a chapa é formada por membros que furaram a greve dos professores deste ano, que apoiaram o acordo de continuidade do arrocho salarial da categoria feita com o reitor burguês-rosado, que não aparecem nas lutas dos trabalhadores de Mossoró (atos públicos, Grito dos Excluídos, assembléias dos professores do Estado em greve, etc).[...]

• A constituição de frações revolucionárias é

o instrumento para a conquista da direção do sindicato para a luta revolucionária. Seu método é o trabalho de base e a ação direta. Vamos construir a **Oposição Revolucionária**, fração de luta pela conquista da direção do sindicato para a revolução. Seu programa consiste:

- Filiação a CUT
- Oposição a política do Reitor
- Contra a GVU. União com as universidades federais em uma greve geral contra os planos da burguesia de sucateamento e destruição do ensino público
- União com os estudantes e funcionários: autogestão na UERN
- salário mínimo de 2000 reais por 20h de trabalho. Escala móvel de reajuste: a cada aumento da cesta básica, aumento automático dos salários.
- Proporcionalidade nas eleições do sindicato.

Judiciário - SP

É necessário Construir um sindicato único com uma direção revolucionária nos judiciários

A greve dos judiciários coloca, como necessidade inadiável, a formação de um sindicato único na categoria. Sem ele permaneceremos reféns de quinze ou mais associações. As diversas associações que convocaram a assembléia que decretou a greve no dia 10/08 agiram pressionadas pelos trabalhadores que exigiram uma resposta unitária para seus problemas. Mas a unidade destas associações é momentânea. Uma vez que a luta acabe, cada entidade voltará para sua posição corporativa. O caráter assistencialista das associações impede que cumpram o papel de um verdadeiro organismo de resistência e luta. O sindicato é o instrumento que pode unir os assalariados em torno de suas reivindicações e, assim, garantir a resistência organizada contra a exploração do trabalho. Não é mais tolerável a existência da fragmentação, da divisão, do corporativismo e do assistencialismo no seio da categoria. Para combater essa situação é necessário lutar por um sindicato único. Para tanto, devemos exigir que as associações se fundam em um só organismo. A campanha por um sindicato

único implica em fortalecer o sindicato que nasça da discussão com os trabalhadores e eliminar todas as entidades que se mostrem relutantes em renunciar aos seus aparelhos. Para que isso aconteça devemos convocar amplamente um congresso para formação de um sindicato único. As associações que não se submeterem à vontade dos trabalhadores deverão sofrer uma campanha de desfiliação em massa, o organismo que surgir dessa discussão deverá ser fortalecido com campanhas de associação.

Entretanto, apenas o sindicato não é uma garantia de que disporemos de uma direção de luta. A condição para isso é que a direção que surja esteja comprometida com um programa sindical revolucionário. A crise mundial do capitalismo obriga que os organismos sindicais se oponham ao Estado e à opressão capitalista. Vivemos um momento histórico em que a luta pela resistência dos explorados contra a opressão capitalista traduz-se necessariamente em luta contra o Estado burguês e o imperialismo. Somente a luta pela reposição salarial não defende o salário e o

emprego. Para defendê-los é necessário opor-se à diretriz neoliberal dos governos. Temos que construir uma direção que consiga ligar as reivindicações imediatas dos trabalhadores às reivindicações mais gerais dos oprimidos, à defesa da estratégia da ditadura do proletariado. Uma direção que defenda um programa desta magnitude somente surgirá se as idéias revolucionárias penetrarem profundamente na categoria, se conseguirmos formar uma fração revolucionária que encarne este programa anticapitalista e antiimperialista e que se comprometa com a construção do partido operário revolucionário.

Defendamos um sindicato único contra a fragmentação das associações! Defendamos uma direção revolucionária para esse sindicato! Defendamos a formação da corrente proletária no judiciário! Defendamos um programa revolucionário nos judiciários! Defendamos a estratégia da revolução e da ditadura do proletariado! Defendamos a construção do partido operário revolucionário!

GREVE DOS JUDICIÁRIOS DE SÃO PAULO

O caminho deve ser: buscar a unidade com o conjunto do funcionalismo público já em greve. método:ação direta. objetivo:quebrar a política de arrocho salarial imposta pelo governo TJ/ALCKMIN/FHC/FMI

A greve dos judiciários do estado de São Paulo, iniciada em 27/08/01 realizou mais uma assembléia geral no último dia 10/09/01, onde se deliberou, por unanimidade, pela continuidade do movimento. Segundo avaliação da direção a adesão continua muito forte, em torno de 80% em todo o estado. Isto apesar de várias medidas repressivas e de constantes ameaças de retaliação por parte da presidência do TJ, que procura se utilizar de todas as formas para enfraquecer o movimento, como ameaças de jogar a tropa de choque em cima dos manifestantes, proibição de botar o carro de som na praça para realização das assembleias, publicações constantes no D.O. fazendo ameaças diversas aos grevistas,

etc. A assembléia que contou com a participação de aproximadamente 12 mil trabalhadores se colocou por responder aos ataques do TJ fechando a principal avenida em frente à Praça e exigindo a presença do carro de som para que se pudessem ser votadas as suas deliberações. A assembléia concluiu com uma grande passeata pelas principais avenidas de São Paulo, inclusive fechando uma das pistas da Avenida Paulista, centro financeiro do País e retornando à praça João Mendes. A greve, que está caminhando para entrar em sua quarta semana, também está entrando em uma nova fase, ou seja, estão crescendo cada vez mais as tendências para a utilização de métodos mais radicalizados, como pi-

quetes mais incisivos, passeatas e ocupações. Isto como forma que poder alcançar o atendimento das reivindicações. Entendemos que este caminho está correto e neste momento se torna imprescindível a busca pela unidade com os demais funcionários públicos em greve, de forma a transformá-la em uma luta geral das massas contra a política de fome e miséria do governo. Este caminho permite impulsionar a luta antiimperialista e anticapitalista, através a construção da frente única antiimperialista.

Publicamos abaixo o último boletim da Corrente Proletário no Judiciário distribuído na assembléia da categoria

NADA DE ACEITAR MIGALHAS EXIGIR O ATENDIMENTO INTEGRAL DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Nós, trabalhadores judiciários, não devemos confundir a nossa pauta de reivindicações(54,31%, de reposição salarial, aumento do vale-transporte, vale-alimentação, extensão do convênio médico para o interior, etc) com as reivindicações da magistratura paulista (pagamento de férias atrasadas, fans, li-

cenças-prêmio, etc.). O que ocorre de fato é que eles estão tentando se utilizar da força do nosso movimento grevista para conseguir, junto ao governo do estado, o atendimento de seus interesses, para isto jogam com a possibilidade de sobrar alguma migalha para a categoria. Portanto, o que está colocado é impor o

atendimento integral da nossa pauta através da radicalização da greve(ocupações de prédios públicos, bloqueios de ruas, avenidas, etc) e não acreditar em propostas ilusionistas de que através das negociações dos magistrados com o governo conseguiremos nossos objetivos.

COMBATER O PLANO DE RECLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DO TJ É COMBATER A APLICAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA NO JUDICIÁRIO

A implantação do projeto de 'reclassificação de cargos e salários no judiciário' será a forma que a cúpula do TJ terá para dar continuidade às medidas de ataques às condições de vida dos trabalhadores, ou seja, a aplicação da reforma administrativa neste poder se materializará ainda mais no momento em que os principais pontos do tal projeto forem colocados em prática. Se trata de adequar este poder

aos limites orçamentários impostos pelo governo/FMI que exigem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A não contratação de novos concursados, o remanejamento forçado que já está sendo feito são apenas o início de uma série de ataques que os trabalhadores terão que enfrentar no próximo período. Entretanto, o envio do projeto para Assembléia Legislativa esbarrou no ponto em que o

TJ previa um reajuste escalonado entre 4% a 25% para os funcionários o que contraria as determinações do governo e sua política econômica de não conceder nenhum reajuste salarial. Provavelmente o TJ retirará este ponto do projeto para poder enviá-lo para aprovação e se ainda não o fez foi em função do grande descontentamento da categoria e pela força da greve.

LUTAR PELA UNIDADE GREVISTA DO FUNCIONALISMO

Vivemos um momento em que várias categorias do funcionalismo público (juiciários federais, estaduais/SP, previdenciários, professores em vários estados, universidades federais, etc) estão se levantando em luta contra a política de arrocho salarial e de destruição de conquistas trabalhistas impostas pelo governo federal. Entretanto estas lutas compõem-se divididas, isoladas, e sem a

menor radicalização. Isto porque as direções procuram dar um 'ar de festa' aos movimentos e tentam a todo custo discipliná-los de modo a fazer com que não haja o recrudescimento da luta. Jogam com propostas ilusionistas e se apoiam nos setores mais atrasados para evitar o choque. Abaixam a cabeça diante dos patrões e acabam levando os trabalhadores à derrota. Ao contrário disto, deve-

mos responder às ofensivas transformando as greves em movimentos de massas, promovendo ocupações, passeatas manifestações, etc e trabalhar pela unificação real, pelas bases, de todo o conjunto do funcionalismo, como única forma de derrotar a política de fome e miséria do governo TJ/Alckmin/FHC/FMI.

Quebra de seqüência da greve dos lei 500 foi um golpe no movimento

TJ SE APROVEITA PARA AUMENTAR AMEAÇAS DE REPRESSÃO AOS TRABALHADORES

Na assembléia do dia 04/09 foi levada para o movimento a proposta de que os trabalhadores contratados em regime da Lei 500 deveriam 'quebrar' a seqüência de 15 dias em greve, batendo o cartão por um dia e assim evitar a dispensa por

abandono de emprego prevista naquela Lei. Entendemos que esta deliberação foi um grave erro das direções, na medida em que expôs os trabalhadores e o próprio movimento às pressões dos diretores, juizes e do TJ, que procura se aproveitar do fato para enfraquecer o movimento através do aumento de ameaças de repressão. Entendemos também

que falta-greve não caracteriza abandono de emprego e a força do movimento é que garantirá as negociações sobre os dias parados em sua totalidade, juntamente com todos os itens da pauta de reivindicações. É preciso corrigir o erro rapidamente reforçando os piquetes e formando as comissões nos prédios para aumentar o nível de adesão à greve.

POR UM CONGRESSO ESTADUAL PARA DISCUTIR A FORMAÇÃO DE UM SINDICATO ÚNICO E DE LUTA NO JUDICIÁRIO

Depois de mais de dez anos sem organização sindical (de base), nenhuma, aceitando os ataques desferidos pelo TJ e pelo governo, sem poder oferecer a menor resistência, nós, trabalhadores judiciários, estamos sentindo que não é mais

possível continuar assim. Não podemos mais ficar reféns do divisionismo e do corporativista que prevalece no seio da classe, materializado pelas várias associações existentes. Para que possamos, de fato, lutar por nossas reivindicações tor-

na-se premente a aglutinação dos trabalhadores mais combatentes em torno de um organismo que seja a expressão real dos interesses da categoria.

Partido

Resumo das Obras Completas de G.Lora

Apresentamos a seguir um Resumo dos Livros das Obras Completas de Guilherme Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como, passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à realidade

Volume XII (1962)

Neste tomo se faz toda uma luta quanto ao plano de privatização das minas do MNR o chamado Plano Triangular; discute-se também a **Unidade Trotskista**, mostrando que esta só é possível sobre a base programática, criticando as correntes que se submeteram ao lechinismo (nacionalismo de esquerda) e as que não entendem as tarefas a serem desenvolvidas numa semicolônia. Comenta-se o problema dos **Tribunais Po-**

pulares, única arma contra a corrupção burguesa que se apodera de todo o Estado inclusive do Judiciário. Outro aspecto importante do volume é a discussão sobre o desenvolvimento do estalinismo e as relações Rússia, China, Albânia, Cuba. Achamos também uma matéria sobre o XXII aniversário do assassinato de Trotsky e outro sobre os 24 anos da IV Internacional.

Neste volume está transcrito o importante livreto "Até o Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado)" que mostra a diferença entre o que será o governo do proletariado e sua diferença com o governo nacionalista.

Volume XIII (1963)

Neste tomo estão transcritos alguns importantes folhetos como:

a) "O que seria o governo Paz Barrientos", que faz uma análise de

como os setores de centro e direita do ganham força no MNR para implementar o plano imperialista;

b) "As Guerrilhas e Foquismo", comenta os aspectos importantes e as diferenças entre o método guerrilheiro, uma das formas de luta que as massas dispõe para enfrentar a burguesia e o foquismo onde um grupo bem treinado tenta ocupar o papel das massas no processo revolucionário;

c) "Elementos de Marxismo", importante obra que comenta o que é o marxismo nas visões de Prekanov, Lenin e Trotsky, mostra em sua 2ª parte o que é materialismo, dialética (Unidade e luta dos contrários, transformação da quantidade em qualidade, negação da negação). a teoria do conhecimento, sua doutrina econômica, a teoria da revolução permanente além de uma extensa relação de notas bibliográficas de vários autores socialistas e um plano de leituras

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

PARTE 17: A TRANSIÇÃO CONCILIADORA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Em abril de 1984 mais de 1 milhão de pessoas ocuparam ruas e praças do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, para reivindicarem eleições diretas para Presidente da República. Este movimento ficou conhecido como Diretas-Já, que congregou diversos seguimentos sociais e políticos da sociedade brasileira: partidos políticos de diversas tendências, trabalhadores, artistas, representantes de movimentos populares, etc.

Os candidatos à vaga de presidentes eram nítidos representantes das frações burguesas. O Partido Social Democrata (PDS) partido que representava o governo militar, tinha três candidatos: Paulo Maluf, Mário Andreazza e Aureliano Chaves. Como Paulo Maluf fora escolhido para concorrer à presidência, Mário Andreazza desistiu da candidatura e Aureliano Chaves rompeu com o PDS para formar a Aliança Liberal. A "oposição" comandada pelo PMDB com apoio da Frente Liberal de Aureliano Chaves formou a Aliança Democrática, lançando Tancredo Neves (ex-governador de Minas Gerais) para presidência e José Sarney (político maranhense) como seu vice. Assim estava formada a política de alianças para promover mais uma peça teatral da política brasileira, cujo patrocinador era a burguesia nacional e imperialista.

Neste jogo de poder, onde a classe operária ficou como espectadora, o candidato vencedor foi Tancredo Neves. No entanto, as eleições diretas, conforme exigiam os diversos setores da política nacional, não se concretizou. O novo Presidente da República foi eleito pelo Colégio Eleitoral, mecanismo típico do regime militar.

O golpe arquitetado pelos setores da

classe dominante para conter o avanço da luta de classes que se manifestava no seio da sociedade, impulsionada pelas condições de miséria que fora submetida a classe operária, os camponeses e os demais setores oprimidos, teve sua expressão máxima na condução da política institucional burguesa apoiada pela política de alianças. Todos os partidos uniram-se em torno dos candidatos da burguesia, deixando de lado suas diferenças de classe.

O Partido do Trabalhadores (PT), como partido que representaria a classe trabalhadora neste contexto histórico de reorganização do poder no país, reduziu as aspirações da classe trabalhadora e dos demais oprimidos que o apoiavam ao instrumento político do voto. Conduziu de forma branda e pacífica o conjunto da classe trabalhadora ao matadouro, com promessas vazias de reorganização das instituições democráticas e da participação política nas instâncias de poder da burguesia.

A concepção de luta política pela participação nos organismos burgueses de poder ampliou as ilusões da classe trabalhadora de que poderia ascender ao poder através de eleições de seus representantes nas diversas instâncias políticas do Estado burguês (vereadores, deputados, senadores e presidente), conquistando assim uma posição hegemônica na política nacional.

Esta concepção influenciou sobremaneira os organismos da classe trabalhadora (sindicatos, movimentos populares, movimento sem-terra) que passaram a apoiar, através de suas direções, este "novo" projeto político. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como os sindicatos que a compõe,

a cada eleição convoca seus militantes a votarem em candidatos que representem os interesses imediatos dos trabalhadores e dos oprimidos. Estes representantes eleitos assumiram os mecanismos da política democrática burguesa como sendo da própria classe trabalhadora, iludindo-a com promessas de transformação pacífica, de conciliação com frações da burguesia. Sendo assim, o movimento operário brasileiro diante da exploração intensa que vem sendo alvo, continua apostando nas direções sindicais burocratizadas e pelegas como instrumento de transformação do País. Não compreende que tanto o Partido dos Trabalhadores como sua Central Única atuam com uma política pró-capitalista e pró-imperialista, perpetuando a sobrevivência da classe opressora dos trabalhadores, a burguesia.

Primeiro porque o PT não é um partido revolucionário, pois não possui um programa que expresse a luta revolucionária das massas contra a burguesia exploradora. Segundo porque a divisão da CUT é a expressão das idéias majoritárias do PT, ou seja, busca substituir o método da ação direta (greves, piquetes, bloqueios de rua, etc) que expressa os antagonismos de classe, pelo método da conciliação de classes através de acordos e negociações com os patrões, marchas, abaixo-assinados, pressão parlamentar. Neste sentido, cabe ao movimento operário e camponês a construção de um partido verdadeiramente revolucionário, com programa revolucionário e método de luta revolucionária, com a defesa a construção do Partido Mundial da classe operária (IV Internacional) para destruir a burguesia e seu sistema opressor.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readaptar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui nesta parte discute-se sobre a questão da formação dos simpatizantes e da necessidade de colocá-los o mais rápido possível em contato com o trabalho prático

Manual do Organizador Incorporação Massiva de Militantes (IX)

Os simpatizantes realizam trabalhos práticos, mas não intervêm na vida interna do Partido, na fixação de sua linha política e permanecem a margem das atividades e dos aparatos clandestinos. Não estão submetidos ao centralismo democrático, não podem estar, mas se preparam para compreendê-lo e praticá-lo.

A formação teórica e política deve ser compreendida a discussão (tão logo forem lidos os documentos básicos a todos os simpatizantes) das idéias básicas do "Manifesto Comunista", do "Programa de Transição" e do "Programa do POR". O melhor é ler coletivamente o texto em voz alta, parágrafo por parágrafo. As idéias assim adquiridas devem facilitar a análise e a discussão da atuação política do Partido em todas as frentes e principalmente na que pertence o simpatizante. A esta altura se pode considerar que os novos elementos estão capacitados para militar do ponto de vista programático.

Essas explicações devem partir da análise e compreensão (de forma sintetizada) da revolução permanente, considerada como expressão das leis da revolução em nossa época. Devemos reforçar que a revolução permanente consiste na transformação das tarefas democráticas em socialistas sob a dire-



ção do proletariado convertido em dono do poder político; da revolução, que começa dentro das fronteiras nacionais, em internacional e da transformação da sociedade até acabar com toda a forma de opressão de classe. O Partido tem uma grande quantidade de material a este respeito e que os militantes devem conhecer.

A explicação sobre a natureza e funcionamento do centralismo democrático deve permitir o cuidadoso estudo dos estatutos do POR; para militar é preciso conhecer e estar de acordo com este documento.

Aquele que vai se tornar um militante também deve conhecer a natureza, o funcionamento e os problemas para a reconstrução da IV Internacional. A luz da história do POR boliviano se deve explicar em que se consistia a crise precipitada do pablismo revisionista (que foi sendo empurrado de um lado para outro desde posições nacionalistas-burguesas, até o esquerdismo foquista pequeno-burguês) e que praticamente destruiu nossa organização internacional. Corresponde nos determos nas projeções do trabalho do CORQUI e na sua quebra, etc.

Será colocada para o conhecimento dos simpatizantes uma pequena resenha da história do POR, além de indicar os materiais que o partido tem escrito sobre a matéria. Este trabalho de transformação dos simpatizantes em militantes deve ser cumprido num prazo de 60 ou 75 dias. Por isto o trabalho deve ser cui-

dadosamente planejado pela célula de militantes a que pertença o organizador, cujos passos serão guiados coletivamente e utilizando-se da crítica e da autocrítica.

O contato coopera de alguma forma com as finanças do Partido, deve ser um cotizante regular. Na atualidade muitos militantes os liberam desta obrigação com o argumento de que não devemos espantá-los com cargas muito pesadas e que terão a oportunidade de cotizarem quando se tornarem militantes. Os que pensam assim esquecem que as cotizações e o cumprimento escrupuloso das obrigações econômicas tem um enorme conteúdo político (exteriorizam o grau de politização dos militantes e simpatizantes) e que não se reduz ao fato da simples coleta de dinheiro, que tem por outro lado, uma enorme importância.

Devemos educar os simpatizantes na severa escola do pagamento pontual dos jornais, folhetos e revistas e das cotizações.

Aqui não é o lugar para falar a cerca do funcionamento e papel da célula, existem outros textos a respeito; mas podemos reforçar que se constitui a escola na qual se forma o militante como tal.

Todos sabemos que a célula, fundamento essencial do Partido, desenvolve uma atividade coletiva, dentro desta prática deve continuar a educação dos militantes.

Se estudarão em sua integridade os documentos programáticos. Se lembrarão os fundamentos teóricos de nossa política e do marxismo, o estudo do movimento sindical, do universitário, da história do partido, da Internacional etc.

Esta formação permanente é facilitada pelas escolas de quadros organizados pelo partido, que tem como temas centrais alguns aspectos da teoria e da política.

Este esforço é feito para treinar a militância com os elementos teóricos necessários e converte-los em criador no campo teórico e em um investigador, que dentro da estrutura partidária tem enorme importância.

Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado

A operação terrorista contra o Pentágono e o World Trade Center expressa uma reação contra a opressão imperialista exercida pelos Estados Unidos no mundo todo. O terrorismo antiimperialista tem por conteúdo o nacionalismo, por isso não pode ser fator de superação da sociedade capitalista. Sua forma mais radical é consequência da brutal opressão nacional e social exercida pelas potências que saqueiam os povos oprimidos e espalham a fome e miséria por toda parte. Embora ainda não se saiba exatamente a organização responsável, tudo indica que estamos diante de uma ação terrorista antiimperialista.

A festividade da população palestina frente ao acontecimento trágico é reflexo da dor que sofre pelas mortes diárias e pela presença do terror de Estado exercido ou promovido pelos Estados Unidos sobre os povos fracos, econômico e militarmente. Ao contrário, o governo Bush se apóia no sentimento dos trabalhadores frente às milhares de mortes para arregimentá-los em favor de um contra-ataque bélico e para obscurecer a raiz histórica da ação terrorista. A face e as mãos sangrentas do imperialismo são lavadas pelas mortes ocorridas no dia 11 de setembro e pelo sentimentalismo mais hipócrita do poder econômico e militar. Não é necessário enumerarmos, para efeito de argumentação, o intervencionismo bélico das potências contra débeis povos semicoloniais, basta apontar os ataques constantes ao Iraque, que tem seu território violado a todo momento.

A classe operária e demais trabalhadores não devem apoiar a campanha da potência imperialista e de seus aliados em nome da paz, da democracia, do humanitarismo e do fim do terrorismo. Repetimos: não há maior hipocrisia e cinismo do que a condenação da violência pelo imperialismo e pelos governos burgueses. Enquanto houver opressão nacional, saque e fome, haverá terrorismo, principalmente nas condições de desorganização mundial da classe operária.

O terrorismo como método alheio e à margem da luta das massas pela emancipação nacional e social não é o método

de luta da classe operária e não expressa o programa da revolução social. Inclusive, a desorganização mundial do proletariado, na situação de desintegração do capitalismo, possibilita o surgimento de ações dessa natureza. Mas as experiências históricas permitiram que tivéssemos uma clara posição principista de jamais se colocar do lado do imperialismo. Os próprios trabalhadores americanos - sabemos que uma parcela dos mortos no World Trade Center é de assalariados - devem voltar-se contra o seu próprio governo opressor dos povos e responsabilizá-lo.

O comando militar norte-americano já tem planos de lançar uma guerra contra países suspeitos de abrigarem organizações terroristas ou terem qualquer ligação indireta. O governo considerou o atentado como "ato de guerra". O Afeganistão comparece como o primeiro da lista por abrigar a organização fundamentalista Al-Qaeda de Osama Bin Laden, em seguida Iraque, Líbia e Emirados Árabe.

Os preparativos para a ofensiva bélica estão sendo feitos rapidamente: a ONU e a OTAN foram acionadas para dar coesão internacional em torno dos EUA. A Inglaterra saiu em campanha aberta pela guerra. As outras potências estão vindo atrás. E cresce a pressão para os países semicoloniais - como o Brasil - apoiarem os preparativos. O governo Argentino já se dispôs a colaborar com soldados. Os Estados Unidos intimaram o Paquistão a servir de base militar e romper toda relação com o Afeganistão. O imperialismo procura arrastar todas as nações - até as mais saqueadas por ele - para seu esforço de guerra. Utiliza-se do obscurantismo e do fundamentalismo do Taleban - organização essa apoiada e levada ao poder no Afeganistão pelos Estados Unidos - para justificar a operação bélica.

Tudo indica que, se o imperialismo não encontrar resistência internacional dos trabalhadores, este levará adiante seu objetivo bélico. Tanto o ataque terrorista quanto a guerra da potência contra uma semicolônia, que poderá acontecer, expressam a situação de crise mundial

do capitalismo. Os Estados Unidos têm se envolvido, direta ou indiretamente, em tudo quanto é conflito militar e necessita ampliar seu intervencionismo. Não por acaso reforçou sua estratégia militarista e vêm agindo no sentido do armamento mundial. O excesso de produção bélica força passagem no mercado e projeta-se um novo surto de comércio de mercadoria letal.

A circunstância criada pelo ataque terrorista está sendo utilizada para fins estratégicos de maior centralização do mundo em torno da política e dos interesses da maior potência capitalista. Está claro que se coloca a necessidade de radicalizar o intervencionismo na Colômbia etc, contando para isso com o alinhamento do Brasil e outros. A ameaça terrorista agora pode ser manejada a favor da estratégia imperialista para a crise mundial que se potencia. O resultado é a barbárie. O terrorismo é reflexo da barbárie já existente.

Os trabalhadores não podem ficar cegos diante da campanha dos EUA e dos governos lacaios para obter apoio a seus objetivos militares. Trata-se de, ao contrário, organizar o movimento em defesa da autodeterminação nacional, fim de toda intervenção militar do imperialismo, fim da opressão nacional, contra a fome e miséria e pela revolução proletária.

A classe operária internacional tem o dever de apontar o imperialismo saqueador e esfomeador dos povos como a fonte de todos os males. A resposta revolucionária está com a bandeira de destruição do capitalismo pela revolução socialista mundial. O que implica a construção do Partido Mundial da Revolução Proletária, ou seja, da IV Internacional. A extinção da opressão nacional e social é a condição para uma sociedade coeoperada e voltada para a defesa da humanidade.

Nenhum apoio à ação bélica norte-americana!

Organizar a luta antiimperialista em defesa dos povos e nacionalidades oprimidas!

Unidade operária e demais explora-

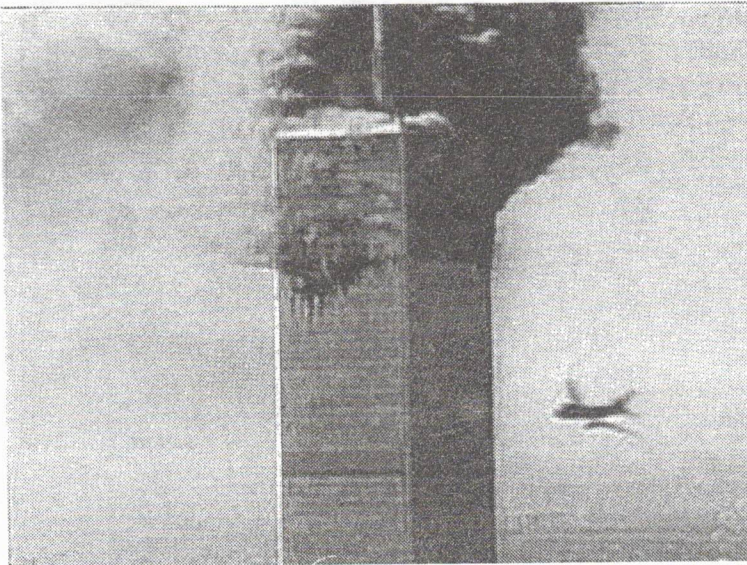
Preparativos de Guerra pelos Estados Unidos

Quatro dias depois do atentado, o governo Bush já tem definido seu alvo inicial de guerra e dado os primeiros passos para a ofensiva. Embora a organização islâmica de Bin Laden tenha insistido não ser a responsável, comparece como o inimigo número um.

Todos os países em que o islamismo tem influência foram convocados pelos Estados Unidos a entregarem Bin Laden e seus militantes, caso contrário estarão sujeitos a enfrentar uma guerra. Os 34 países listados como possíveis abrigos dos partidários da al-Qaida, que inclui países da Europa, serão vasculhados e aqueles que dão apoio direto ou indireto poderão ser invadidos ou sofrerem retaliações econômicas. Os Estados Unidos deram uma ordem aos países árabes: devem isolar o Afeganistão, cooperarem para a caça a Osama bin Laden e favorecerem a destruição das principais organizações muçulmanas que combatem com armas o imperialismo. O Paquistão sofre ameaças americanas para se envolver na guerra contra seu vizinho.

O governo e seu comando militar traçaram a linha de guerra, distinta da repressão limitada a determinados alvos. Ao lado do Afeganistão, o Iraque é o alvo mais próximo, país que ainda enfrenta constantes incursões aéreas das forças da OTAN, lideradas pelos Estados Unidos. É possível que os militares norte-americanos tenham traçado uma linha de prolongada incursão em todos os lugares em que a presença de grupos identificados como terroristas - isto é, que combatem os Estados Unidos e outra potências com atentados, o que inclui o choque dos palestinos com o Estado de Israel - insurja como uma ameaça.

O imperialismo tem por fundamento o desconhecimento da soberania das nações atrasadas e semicoloniais e a autodeterminação dos povos. A decretação de guerra contra todos os estados que abriguem, apoiem e não reprimem as or-



ganizações que combatem o imperialismo usando o método do terror individual (distinto da luta das massas que usam da violência revolucionária para combater os capitalistas opressores) indica a amplitude pretendida pela ofensiva militar norte-americana. Para isso, Bush pressiona os países do pacto da OTAN para se colocarem sem restrições sob sua estratégia. Mais amplamente, arregimenta os países semicoloniais, que devem o que não tem aos banqueiros internacionais, a dar apoio à ofensiva militar contra o Afeganistão.

Os Estados Unidos desconhecem os argumentos de que primeiro haveria que identificar os culpados e realizar pressão sobre os Estados envolvidos para reprimir as organizações terroristas, bem como o de que se deve delimitar o alvo militar. A declaração do chanceler alemão de que "Os europeus, incluindo os alemães, têm muitas limitações para influenciar as decisões dos americanos" reflete bem o grau de hegemonia da maior potência para impor sua estratégia de guerra. Os "donos do mundo", por terem sofrido o mais ousado desafio de atentado terrorista, utilizam-se do fato para exercerem seu poder militar mundial para ir à guerra sem se limitarem a restrições dos aliados europeus, apesar do perigo de conflagração de um gigantesco movimento antiimperialista na região atingida e da concretização do objetivo norte-americano de ampliar seu

domínio.

O carro chefe da economia mundial necessita da guerra. Seu envolvimento crescente em conflitos bélicos nas duas últimas décadas, particularmente contra o Iraque, indica que os fatores mundiais da crise estrutural do capitalismo tem impulsionado as tendências bélicas do imperialismo. O atentado ao Pentágono e ao World Trade Center é o motivo que os ianques necessitavam para pôr em marcha mais uma operação de guerra, que pode ser mais ampla que a desencade-

ada contra o Iraque em 1990.

Para se enfrentar essa ofensiva, as massas oprimidas da região conflagrada têm de ser armadas em guerra revolucionária antiimperialista. O proletariado mundial, todas as correntes que se reivindicam do socialismo e ativistas classistas estão chamadas a pôr em pé um movimento antiimperialista. É necessário colocar-se na defesa das nações oprimidas e de qualquer ataque do imperialismo às organizações nacionalistas antiimperialistas que praticam o terrorismo, ainda que condenemos o terror individual como método de combater os opressores.

Não será o belicismo do capital internacional, dos saqueadores do mundo, que erradicará o terrorismo nacionalista e o fanatismo islâmico. Será a revolução proletária e o desenvolvimento da economia socialista. A revolução social passa pelo enfrentamento a toda forma de opressão, que inclui a imperialista. Identificamos o capitalismo em decomposição e a opressão imperialista como fonte de toda barbárie, inclusive a preservação do obscurantismo religioso dos fundamentalistas e seu nacionalismo semifeudal.

Há que se lutar contra o imperialismo e a guerra que está por vir com a estratégia do proletariado e seus métodos de luta, que não só se distinguem do terrorismo individual dos nacionalistas com são sua negação.

Posição frente ao ataque terrorista contra os Estados Unidos

Três posições comparecem: 1. A dos governos e partidos da burguesia que defendem os Estados Unidos contra o ataque. Trata-se de um posicionamento pró-imperialista; 2. A de correntes reformistas e estalinistas que condenam tanto os Estados Unidos quanto o ataque por ser terrorista; 3. E a revolucionária, marxista, que condena apenas o imperialismo como fonte de todos os males, não condena o ataque e apenas explica que o terrorismo é alheio, distinto e oposto ao método de luta da classe operária.

No primeiro caso, trata-se da solidariedade e do alinhamento de governos de nações imperialistas (opressoras) e semicoloniais (oprimidas) por detrás dos Estados Unidos, que preparam a guerra contra o Afeganistão e planejam destruir por toda parte as organizações nacionalistas que se baseiam no método do terror para reagir à opressão nacional. Trata-se, portanto, de uma posição da classe burguesa.

A segunda posição, com nuances à direita e esquerda, é centrista, expressa mais aproximadamente posições pequeno-burguesas. Condena-se, ao mesmo tempo, o imperialismo e o terrorismo antiimperialista, colocando-os no mesmo plano, via de regra dizendo que os Estados Unidos são culpados porque oprimem povos e os terroristas pelo fato de derramarem sangue de vítimas inocentes e terror agravarem a crise, favorecendo o imperialismo.

Só aparentemente a segunda posição confunde-se com a terceira, que é proletária (marxista). Não condena o ataque e coloca-se na defesa dos países oprimidos e das organizações que praticam o terrorismo antiimperialista contra a estratégia militar do imperialismo de esmagá-los. Mas os marxistas-leninistas-trotskistas não reivindicam o conteúdo nacionalista e o método terrorista que se expressaram no atentado, como também explicam seu conteúdo de classe oposto ao do proletariado. Ao mesmo tempo, defende a estratégia da revolução proletária, o programa socialista, internacionalista, a tática da



frente única antiimperialista a ser aplicada nos países semicoloniais, o armamento das massas e o método da ação direta (greves, bloqueios, levantes populares e insurreição).

O combate ao imperialismo é fundamental para a destruição do capitalismo e para pôr fim a toda forma de opressão. Estratégia essa que não pode ser encarnada pelo terrorismo nacionalista, uma vez que se mantém nos quadros da sociedade de classe e, portanto, das formas de opressão nacional e social.

O ataque à maior potência expressou uma reação ao esmagamento imposto pelo imperialismo no mundo todo, mas a organização ou organizações responsáveis, ainda desconhecidas, são incapazes de aglutinar a maioria nacional oprimida contra o imperialismo e seus aliados internos aos países semicoloniais, porque não são proletárias e praticam um método estranho.

Definidas as posições frente ao acontecimento de terça-feira (11/9), o novo problema é de como se posicionar diante da ofensiva militar dos Estados Unidos e seus aliados.

Bush exige que o Afeganistão entregue Osama bin Laden ou então guerra. Os Estados Unidos procuram jogar os países da região - Paquistão, Emirados Árabes, Arábia Saudita etc contra o Afeganistão. Dizemos não à entrega de Bin Laden e sua organização, armar as massas para enfrentar o imperialismo, unida em uma frente única antiimperialista para derrotar o invasor. Os revolucionários participarão dessa frente com seu

programa e sua organização próprios, com total direito de crítica aos objetivos nacionalistas e ao método terrorista. Colocamo-nos em defesa incondicional do Afeganistão ou qualquer outro país oprimido que sofrer intervenção do imperialismo.

A crise econômica mundial tende a se agravar, tendo agora os Estados Unidos como carro chefe da desintegração capitalista. Isso significa que as potências impulsionarão os confrontos militares. Um novo salto para o armamentismo já está sendo dado. Recessão, desemprego, fome e miséria da maioria potenciarão as rebeliões das nações oprimidas contra o imperialismo e a revolta dos trabalhadores contra a burguesia de seu país. Trata-se de dar expressão programática socialista a estas tendências objetivas. Coloca-se na ordem do dia o programa de independência nacional, de autodeterminação dos povos, defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo pela revolução socialista mundial.

Faz-nos falta a Internacional e esta só pode ser a IV Internacional, que tem como legado de Leon Trotsky o Programa de Transição. É preciso trabalhar no interior dos acontecimentos com o objetivo de construir o partido revolucionário em cada país como parte da tarefa de reconstruir a IV Internacional. É com esse objetivo que respondemos a choques tão brutais como o ocorrido e que virão a correr. Eles expressam a caracterização que vivemos na época de desintegração do capitalismo, de barbárie, de guerras e revoluções.

O grave é a crise de direção, que se instalou com a vitória do estalinismo, a destruição da III Internacional e a restauração capitalista onde triunfou a revolução social. Mas as contradições do capitalismo na sua fase última do imperialismo está se encarregando de colocar para a classe operária recuperar seu lugar revolucionário em escala mundial.

Contra o imperialismo e sua guerra aos povos oprimidos!